

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

PROJETO DE LEI Nº 2.116, DE 2011

Apensados: PL nº 6.453/2013, PL nº 2.169/2015 e PL nº 5.296/2019

Altera a Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, que "dispõe sobre a remuneração legal do investimento dos concessionários de serviços públicos de energia elétrica, e dá outras providências."

Autor: Deputado LEOPOLDO MEYER **Relator:** Deputado LEUR LOMANTO JÚNIOR

I – RELATÓRIO

A proposição em análise pretende alterar a Lei n.º 5.655, de 1971, para destinar anualmente aos Municípios parte dos recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), em percentual a ser estabelecido em regulamento, observado o mínimo de quinze por cento, com vistas ao custeio da manutenção das redes de iluminação pública.

O autor, ilustre Deputado Leopoldo Meyer, em sua justificação, considerou que os municípios brasileiros não estão preparados para assumir os custos de manutenção de toda a infraestrutura de iluminação pública que lhes foi transferida a partir da edição da Resolução nº 414, de 9 de setembro de 2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), tornando necessária a criação do subsídio pretendido.



Tramitam apensados à proposição principal os seguintes Projetos de Lei:

- Projeto de Lei nº 6.453, de 2013, de autoria do Deputado Mendonça Filho, que dispõe sobre a competência para definir a realização da operação e da manutenção dos sistemas de iluminação pública;
- Projeto de Lei nº 2.169, de 2015, de autoria do Deputado Alex Manente, que cria o Fundo de Iluminação Pública para Municípios (FIPM);
- Projeto de Lei nº 5.296, de 2019, de autoria do Deputado João Maia, que dispõe sobre a destinação de recursos para projetos de modernização de iluminação pública.

A matéria, que tramita em regime ordinário, está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões, tendo sido distribuída às Comissões de Minas e Energia – CME; Finanças e Tributação – CFT; e de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC.

Decorrido o prazo regimental, não foram oferecidas emendas nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

De acordo com o artigo 30 da Constituição Federal, compete aos Municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local.

Como a iluminação pública é um serviço público de interesse local, sua organização e prestação é tema de competência



municipal. Para garantir os recursos necessários à prestação do serviço, a Carta Magna estabeleceu, em seu art. 149-A, que os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição para seu custeio, facultando a cobrança por intermédio das faturas de energia elétrica.

Em razão da competência constitucional dos Municípios para a prestação do serviço de iluminação pública, a Aneel, no art. 218 da Resolução Normativa nº 414, de 2010, determinou a transferência para esses entes, sem ônus, dos ativos de iluminação pública que eram contabilizados nos balanços das concessionárias de distribuição de eletricidade. Essa medida teve o propósito de evitar que as tarifas de energia elétrica remunerassem ativos que integravam o patrimônio das distribuidoras, mas não estavam ligados à prestação do serviço público de energia elétrica, e sim à prestação de serviços municipais de iluminação pública.

Ao mesmo tempo, a transferência dos ativos de iluminação pública para os Municípios não implicou aumento de despesas com a prestação do serviço, pois esses entes já possuíam a obrigação do pagamento às distribuidoras pela operação e manutenção dos sistemas de iluminação pública.

Por sua vez, os Municípios, ao receberem esses ativos, puderam passar a exercer plenamente suas competências relacionadas aos serviços, como definição da política de iluminação pública e dos padrões técnicos a serem adotados; fiscalização da prestação do serviço; e escolha das empresas prestadoras do serviço, buscando maior qualidade e menores preços.

Observamos que uma tendência na prestação dos serviços de iluminação pública é a utilização do instrumento de



Parceria Público-Privada (PPP), que também pode prever a renovação dos sistemas empregando tecnologia mais recente e a redução do consumo de energia elétrica.

Contudo, é forçoso reconhecer que, muitas vezes, alguns Municípios menores não possuem porte suficiente para que a prestação do serviço de iluminação pública seja atraente para a iniciativa privada. Frequentemente, as pequenas prefeituras também não dispõem de capacidade técnica ou jurídica para conduzirem os processos licitatórios necessários para a contratação de uma PPP.

Assim, consideramos mais adequado que os recursos que o Projeto de Lei nº 2.116, de 2011, destina aos Municípios para custeio da iluminação pública seja direcionado àqueles com população inferior a cinquenta mil habitantes, pois, dessa maneira, evita-se a dispersão de esforços, que resultaria na perda de efetividade da medida.

Foi também necessário efetuar ajuste do texto proposto, pois a Eletrobrás não é mais a administradora dos recursos da RGR, uma vez que a gestão da conta foi transferida à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), por intermédio da Lei nº 13.360, de 2016.

Quanto à parcela de arrecadação da RGR a ser destinada aos referidos municípios, o projeto principal prevê um mínimo de quinze por cento.

Quanto a esse aspecto, observamos que, conforme relatórios divulgados pela CCEE, a arrecadação destinada à RGR correspondeu a R\$ 1,45 bilhão em 2020. Caso esse desempenho se repita em 2021 e aplicandose 15% sobre esse valor, chegaríamos ao montante mínimo de R\$ 217 milhões. Todavia, a parcela da



arrecadação da RGR não comprometida a ser transferida para a CDE em 2021 foi orçada pela Aneel como R\$ 193 milhões, conforme Nota Técnica nº 238/2020-SGT-SRG/ANEEL, de 27/11/2020, já considerados os efeitos decorrentes da Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, originada da conversão da Medida Provisória nº 998, de 2020. Portanto, o valor não comprometido corresponderia a 13,3% das receitas da RGR em 2020, o que seria insuficiente para o cumprimento do previsto no projeto de lei em causa.

Assim, para evitar dificuldades na implementação do disposto no projeto, optamos por fixar em R\$ 190 milhões o valor mínimo a ser destinado ao custeio de iluminação pública dos pequenos municípios, em vez de definir o percentual de 15% da arrecadação da RGR.

No que se refere às proposições apensadas, constatamos, inicialmente, que são necessárias e constitucionais as disposições contidas no PL nº 6.453, de 2013, ao estabelecer a competência dos Municípios na definição da forma de prestação dos serviços de iluminação pública.

Por sua vez, verificamos que o PL nº 2.169, de 2015, tem o mesmo objetivo que a proposição principal, que é a alocação de recursos para custeio das redes de iluminação pública. O projeto propõe que esses recursos sejam destinados aos Municípios de menor porte, o que também entendemos adequado. Consideramos, todavia, que a criação de um fundo contábil requer uma sistemática mais complexa, o que pode dificultar que o auxílio chegue rápida e integralmente a seus destinatários finais, devido aos entraves legais e procedimentos burocráticos inerentes a sua administração.





COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.116, DE 2011

Altera a Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, e a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, com o objetivo de destinar recursos para custeio e modernização de sistemas de iluminação pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, e a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, com o objetivo de destinar recursos para custeio e modernização de sistemas de iluminação pública.

Art. 2º O artigo 4º da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art.4º.....

.....

.....

§4º.....

.....

.....

IX – para provimento de recursos aos Municípios com população de até cinquenta mil habitantes, em montante da arrecadação anual destinada à RGR a ser estabelecido



em regulamento, com vistas ao custeio de sistemas de iluminação pública, observado o mínimo de R\$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de reais), valor este que deverá ser atualizado de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (NR)"

Art. 3º O art. 5º da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.

5º.....

.....

I

-

.....

a) 40% (quarenta por cento) serão aplicados pelas próprias concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, conforme regulamentos estabelecidos pela Aneel;

b) 20% (vinte por cento) serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), instituído pela Portaria Interministerial nº 1.877, de 30 de dezembro de 1985, e ratificado pelo Decreto de 18 de julho de 1991;

c) 40% (quarenta por cento) serão destinados aos Municípios para aplicação em projetos de modernização de sistemas de iluminação pública;

.....

..... (NR)”



Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado LEUR LOMANTO JÚNIOR

Relator

